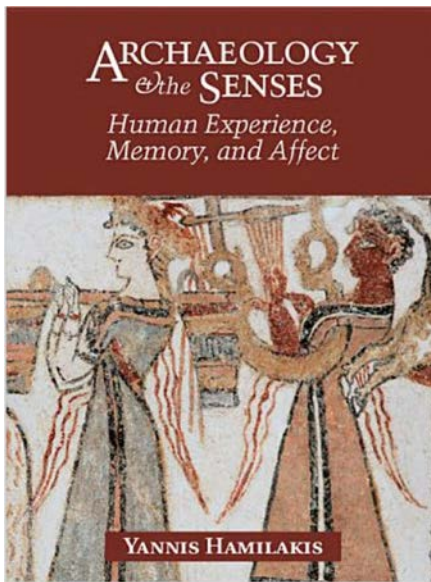


RESENH DE LIV

RESENHAS
DE LIVROS



ARCHAEOLOGY AND THE SENSES. HUMAN EXPERIENCE, MEMORY AND AFFECT, editado por Yannis Hamilakis. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

José Roberto Pellini

Laboratório de Arqueologia Sensorial, Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe

Recentemente vi um filme chamado *Perfect Sense*, estrelado por Eva Green e Ewan MacGregor. Ele conta a história de um casal que enfrenta as crises desencadeadas por um vírus que se espalha pelo globo fazendo com que os seres humanos percam seus sentidos, um após o outro. O primeiro sentido a ser perdido é o olfato. Após um ataque de choro incontrolável, as pessoas se dão conta de que perderam a habilidade de reconhecer cheiros. Com isso, o lixo

a se acumula nas ruas e o odor passa a não mais servir como um marcador social.

Na sequência, após crises de pânico e gluttonia, as pessoas perdem o paladar. Restaurantes fecham e chefes de cozinha perdem sua função. O próprio personagem de Ewan Macgregor, que faz um chefe de cozinha, exemplifica a angústia gerada pela falta do paladar. Como distinguir o vinho bom do vinagre? Como e o que cozinhar para pessoas que perderam o paladar e o olfato? As regras e padrões da alta culinária deixam de ter valor.

Em seguida, após um surto incontrolável de raiva, as pessoas perdem a audição e se tornam mais abusivas. Por fim, perdem a visão após uma explosão generalizada de alegria. Pode-se imaginar o caos com o mundo todo perdendo a visão ao mesmo tempo. Perdemos todos os sentidos, mas o tato permanece. Justamente aquele sentido tão criticado na ocidentalidade por ser animalesco, subjetivo e pecaminoso (Pellini 2014).

O mais interessante do filme, em minha opinião, é observar como as pessoas passam a se dar conta dos sentidos somente após a perda deles. Tente se imaginar por um instante sem seus sentidos. Não apenas sem a visão, mas sem o tato, sem a audição, o olfato, o paladar, sem o senso de movimento, sem o senso de temperatura. Qual a sensação? Desesperadora não é?

Sem nossos sentidos não apreendemos o mundo, não nos envolvemos, ficamos distantes, isolados. Sem eles sofreremos. Nossa mente perde a referência, pois é através de nossos sentidos

que interpretamos e nos situamos no mundo, é através deles que formamos memórias de paisagens e objetos, que criamos e damos formato a discursos e narrativas, experimentamos o mundo, tornamo-nos o que somos e construímos nossa própria identidade.

Mas, a despeito da importância que os sentidos têm em nossa vida diária, damos pouca importância a eles, vendo-os apenas como uma ferramenta fisiológica. Mas eles não são apenas uma resposta fisiológica aos estímulos do mundo, também são habilidades encorpadas, educadas e desenvolvidas como parte da vida diária (Classen 1997, Howes 2005, Synnot 1993, Smith 2007).

Assim como aprendemos o que é ser homem ou mulher, o que é ser católico, protestante ou budista, o que é ser rico ou pobre, capitalista ou anarquista, aprendemos o que são e para que servem os sentidos. Aprendemos que o certo é não tocar nas pessoas, é não falar alto, é mascarar e disfarçar os odores pessoais. Aprendemos que o certo é comer determinados pratos e não outros e que os cheiros fortes estão associados ao desleixo, à pobreza e às doenças.

No ocidente, aprendemos que o tato, o olfato e o paladar estão ligados à luxúria e ao pecado, e que a visão e a audição são os sentidos da racionalidade, da verdade. Fomos educados a acreditar que o civilizado é aquele que controla seus sentidos e que o selvagem é aquele que se rende aos apelos do corpo e, desta maneira, valoramos o “Eu” e o “Outro”. A maneira pela qual os

sentidos são educados criam estruturas para ação e interpretação do mundo que oferecem e regulam possibilidades aos indivíduos. Sendo assim, a maneira pela qual as pessoas utilizam e entendem seus sentidos é culturalmente contingente.

Mas se os sentidos são assim tão importantes, por que a Arqueologia ainda tem grande resistência a pensar nos sentidos como um campo de trabalho? Segundo Hamilakis em seu livro *Archaeology and the Senses: Human Experience, Memory and Affect*, publicado pela Cambridge em 2013, o porquê da Arqueologia dos Sentidos ainda estar em sua infância pode ser encontrado em dois aspectos.

Em primeiro lugar, normalmente se assume que a experiência sensorial é muito efêmera e imaterial para ser abordada pela Arqueologia. De acordo com o autor, isso é uma incoerência, visto que a experiência sensorial é material e requer a materialidade a fim de ser ativada. Sendo assim, já que os traços materiais das experiências sensoriais do passado e do presente estão todos ao nosso redor, a Arqueologia deveria estar em posição privilegiada para explorar a sensorialidade e contribuir para uma maior discussão sobre as práticas encorpadas e seus efeitos sociais.

Em segundo lugar, a própria trajetória da Arqueologia como disciplina científica favorece processos de interpretação que são visuais e não consideram os demais sentidos. Hamilakis defende que, embora não devamos pensar no modernismo como um bloco mono-

lítico, nem na Arqueologia como uma disciplina estática, podemos pensar que a versão dominante da Arqueologia modernista ocidental recai sobre uma estrutura filosófica e social que sistematicamente: denigre a experiência sensorial e reafirma a hierarquia sensorial aristotélica com seus sentidos superiores e inferiores.

Conforme Thomas (2009), a emergência, durante o século XVIII, da visão como sentido principal no ocidente, não representou apenas a emergência de uma preferência cultural por um senso específico, mas uma situação na qual uma concepção particular e restrita de visão se tornou o modo aprovado de apreender a realidade e produzir regimes de verdades. Esta maneira de ver o mundo implicava em uma distinção do mundo físico, inerte das coisas isoladas e o mundo interior do pensamento.

Verdade, realidade e objetividade passaram a ser construídas em termos visuais e, embora os cientistas sociais hoje estejam, em sua maioria, conscientes da construção problemática da visão como sentido da razão, a visão permanece nosso instrumento epistemológico e ontológico mais penetrante (Ouzman 2005). A despeito da conveniência analítica, o foco sobre um único sentido ignora dois fatos:

a) que o modelo sensorial com seus cinco sentidos autônomos pode não ser o modelo mais apropriado para o entendimento das experiências sensoriais do passado, desde que evidências históricas, etnográficas, antropológicas têm demonstrado que grupos não ocidentais podem valorizar outras modalidades sensoriais;

b) que a experiência sensorial é multifacetada e age em conjunto.

Neste contexto, Hamilakis argumenta que o ponto de partida para uma Arqueologia dos Sentidos poderia ser uma reflexão sobre o próprio papel do pesquisador e da ciência arqueológica, tomando por base: a interrogação dos modelos sensoriais do pesquisador, sua educação sensorial, estruturas de socialização dentro de modos específicos de interação corporal e conduta no mundo; a análise dos sentidos em nossa disciplina; análise dos processos de socialização e incorporação das informações dentro do aparato arqueológico (aparato formado durante a modernidade ocularcentrista) e seus regimes corporais e sensoriais dominantes.

Segundo Hamilakis, não nos damos conta normalmente de que a Arqueologia vive uma situação no mínimo paradoxal, pois há, tanto em campo quanto no laboratório, um grande engajamento corporal, sensorial, por exemplo, no manusear sedimentos, artefatos, ferramentas, no ato de fotografar, desenhar, se movimentar, experimentar o gosto de sedimentos etc., e o fato de estas práticas terem sido criadas a partir do discurso e do aparato da modernidade, o que torna os sentidos estáticos e dispensáveis.

Este aparato transforma a fisicalidade dos objetos em narrativas sem alma, sem sangue, sequências abstratas e exposições desencorpadas destinadas exclusivamente para serem apreciadas pela observação distanciada. Ao

trabalhar com os sentidos e com sua significação, a Arqueologia dos Sentidos, segundo Hamilakis, oferece-nos a possibilidade de confrontar o ocularcentrismo da disciplina.

A Arqueologia dos Sentidos, de acordo com Hamilakis, não pode ser desenvolvida separadamente das arqueologias do lembrar e do esquecer, pois nossa experiência sensorial no mundo nunca é um simples contato dos sentidos com as materialidades presentes, afinal todas as nossas experiências estão impregnadas de memórias e imagens que completam e são completadas conforme vamos interpretando o mundo.

Como diria o fenomenólogo Henri Bergson (1999), não há nenhuma percepção que não esteja cheia de memórias. As propriedades sensoriais da comida, por exemplo, são formadas tanto por nossas expectativas quanto por nossas memórias (Sutton 2011). Nossas experiências gustativas, ao se acumularem, estabelecem padrões referenciais que são ativados pela memória. Ao mesmo tempo, estas experiências estabelecem expectativas a cada nova refeição que fazemos, tomando por base aquilo que já conhecemos.

Halbwachs (2006) salienta que a mais solitária memória é, de fato, social, desde que ela seja estimulada e formada por pessoas, objetos e instituições. Relembrar é um processo coletivo, um canal de comunicação, através do qual nós formamos nossa interação com o “outro” e com o mundo.

Se lembrar e esquecer são essencialmente experiências coletivas, devemos destacar que essas experiências são ge-

radas por meio de interações sensoriais e é por isso que Seremetakis (1994) defende que a memória pode ser considerada como um metassenso coletivo que ativa e estrutura o tempo e a experiência. Os sentidos são, portanto, forma de produção de lembrar e esquecer a materialidade. Memórias são geradas nos corpos dos sujeitos criando estratigrafias sensoriais complexas. Como defende Hamilakis, se cada experiência sensorial carrega dentro de si o peso mnemônico de inúmeras outras experiências, então a nossa tentativa de evocar experiências sensoriais de outras pessoas no passado torna-se ainda mais complicada. Sentidos e memórias são assim contingentes, tanto do ponto de vista histórico quanto cultural.

A proposta da Arqueologia Sensorial, segundo Hamilakis, não é considerar os sentidos e a percepção sensorial como unidades autônomas, sua proposta é pensar a experiência sensorial como multifacetada e agindo em conjunto. Os sentidos são habilidades ativas e não passivas. O paladar da comida, o toque da roupa, o cheiro do corpo são todos sentidos e valorados e é através desta valoração que discriminações são criadas. Os sentidos dizem respeito à individualidade. Quem somos, depende do comportamento deles e de nosso corpo. Como nós nos sentimos parte ou não de uma unidade depende de como concebemos nós mesmos e os outros.

Hamilakis em seu livro salienta que, ao trabalhar com os sentidos e as materialidades, a Arqueologia Sensorial não tenta reconstruir o passado e a experiência sensorial do passado nem é uma

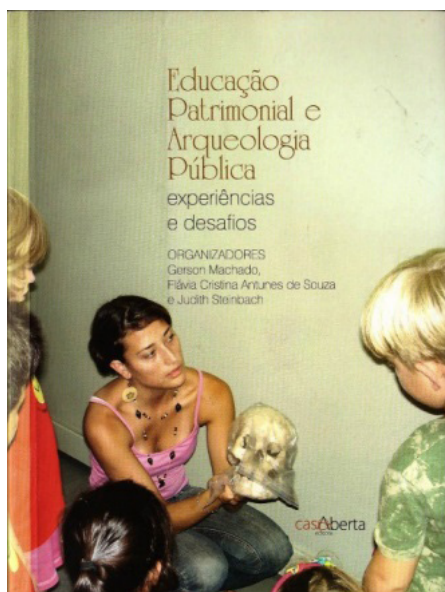
tentativa para entender o sentir ou como as pessoas sentiam no passado, muito menos é uma tentativa de reproduzir no presente as sensações passadas. Ela não tenta reproduzir o gosto da carne assada, o cheiro do perfume, o som das harpas, nem tenta trazer de volta as emoções sentidas, nem tenta saber se o gosto da carne assada consumida em Ágios Konstantinos é similar ao gosto da carne que consumimos em Luxor ou se o cheiro de um determinado perfume era sentido da mesma maneira que é sentido nos dias de hoje.

O que a Arqueologia Sensorial tenta entender é como os sentidos auxiliavam na criação de uma imagem de mundo, como os sentidos estruturam ou estruturavam a realidade em um determinado contexto sociocultural, como os indivíduos construíram sua própria história, identidade e memórias através da experiência sensorial da matéria.

Por tudo isso, se alguém me pedisse para resumir o novo livro de Hamilakis em uma frase, eu diria: Um livro bom, vindo em boa hora.

REFERÊNCIAS

- Bergson, H. 1999. *Matéria e Memória*. São Paulo: Martins Fonte.
- Classen, C. 1997. Foundations for an Anthropology of the Senses. *International Social Science Journal* 153: 401-420.
- Halbwachs, M. 2006. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Howes, D. 2005. *Empire of Senses: The Sensual Culture Reader*. Berg: Oxford.
- Ouzman, S. 2005. Prose has its Cons.
- Seeing Beyond Material Culture as Text, *Anais do Congresso Seeing the Past: Building Knowledge of the Past and Present through Acts of Seeing*. Stanford, Estados Unidos.
- Pellini, J. 2014 Redomas de Vidro: Redomas de vidro: relações entre tato, cultura material e práticas de institucionalização. *Revista de Arqueologia Pública*. (no prelo)
- Seremetakis, C 1994. *The Senes Still: Perception and Memory as Material Culture in Modernity*. Chicago e London: University of Chicago Press.
- Smith, M. 2007. *Sensing the Past. Seeing, Hearing, Smelling, Tasting and Touching in History*. Berkley: University of California Press.
- Sutton, D. 2011. Memory as a Sense: A Gustemological Approach. *Food, Culture and Society*, 14(4): 468-475.
- Synnott, A. 1993. *The Body Social: Symbolism, Self and Society*. London e New York: Routledge.
- Thomas, J. 2009. On the ocularcentrism of archaeology, in *Archaeology and the Politics of Vision in a Post-Modern Context*. Editado por Thomas, J. e V. Jorge, pp. 1-12. Cambridge: Cambridge Scholar's Press.



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA PÚBLICA: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS, organizado por Gerson Machado, Flávia Cristina Antunes de Souza e Judith Steinbach. Itajaí: Casa Aberta, Prefeitura Municipal, Fundação Cultural, Museu Arqueológico de Sambaqui, 2013.

Carlúcio de Brito Baima

Mestrando em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP) no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O livro *Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios* traz reflexões sobre assuntos que hoje envolvem a Educação nos Museus e sobre Arqueologia Pública. A publicação foi organizada por Gerson Machado, Flávia Cristina Antunes de Souza e Judith Steinbach, pesquisadores ligados ao

Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ). Conta com a colaboração de estudiosos como Pedro Paulo Funari, Marcia Bezerra, Amanda Tojal, Maria Bruno, Flávia Souza, Giane Souza, Fabiana Comerlato e Carlos Alberto Costa.

O prefácio do livro foi escrito por Elizabete Tamanini, cujo título é “Educação em museus como anúncio e resistência popular: o desafio da construção de política pública”. Nesse breve texto, a pesquisadora apresenta alguns pontos, considerados necessários para que se tenha uma dimensão do que podemos refletir para além dos textos que o leitor irá se deparar na obra. Tamanini aborda questões desde a vinculação entre patrimônio social e política pública, perpassando pela educação popular (segundo a visão do educador Paulo Freire), direitos humanos até as experiências e criação de políticas públicas que visam também a uma educação não formal, valorizando e incluindo os espaços museológicos e a relação que pode ser estabelecida com a Educação Patrimonial.

Essas questões são lançadas pela autora para que possamos discutir sobre os desafios que permeiam a educação nos museus, sua potencialidade e possibilidades de diálogo e construção de conhecimentos múltiplos, visto que não são somente o educador, pesquisador ou gestor que ditam o caminho ou normativas, mas compõem junto à sociedade uma parceria na difusão do conhecimento e preservação do patrimônio cultural.

O MASJ é uma dessas instituições que desde 1972, ano da sua fundação, visa colocar em prática “a divulgação do patrimônio arqueológico aos mais distintos públicos” (2013:19). Segundo os organizadores da publicação, muitas estratégias já foram lançadas, deixadas de lado e repensadas, sempre visando a melhor harmonia entre o espaço museológico e a comunidade circunvizinha ao museu e demais sítios arqueológicos existentes no município de Joinville. O MASJ continua nessa constante busca em compartilhar essas experiências, além de refletir e discutir sobre os desafios que dizem respeito ao patrimônio cultural. Salientado pelos organizadores na apresentação dessa publicação, a coletânea é fruto dos anos de trabalho e dedicação para com o patrimônio. Sem sombra de dúvidas, esta obra atenderá as expectativas e tornará mais límpido o horizonte de trabalho da Educação em Museus e na sua aproximação com a perspectiva da Arqueologia Pública.

Adentrando a estrutura principal da coletânea composta por oito artigos, a obra como bem apontada no seu título se divide entre o compartilhar experiências e refletir sobre desafios atrelados ao patrimônio cultural. Como a iniciativa parte de integrantes e profissionais que já atuaram junto ao MASJ, debates que envolvem Museologia, Educação Patrimonial e Arqueologia serão recorrentes. Contudo, o leitor encontrará também discussões acerca da construção da memória social, das políticas públicas de inclusão social ao espaço museológico, entre outros novos paradigmas que desafiam o cons-

tante diálogo que deve ser mantido entre profissionais/pesquisadores ligados aos museus e/ou instituições de cultura com a sociedade.

Sendo assim, optamos por resenhar a obra em quatro momentos. O primeiro diz respeito aos dois textos iniciais, “As futuras gerações têm direito à herança arqueológica? Premissas e desafios dos processos de musealização” e “Ação educativa inclusiva e comunicação museológica: mudança de paradigmas”, escritos respectivamente pelas museólogas Maria Bruno (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo) e Amanda Pinto da Fonseca Tojal (Coordenadora do programa Educativo para Públicos Especiais na Pinacoteca do Estado de São Paulo). O ponto em comum entre estes artigos é a temática da museologia. As autoras entendem que o espaço museológico é importante na fomentação de políticas públicas que considerem a perpetuação do material exposto, bem como da sua apropriação e interpretação por parte do público visitante.

No texto da Maria Bruno, a análise é direcionada para o material arqueológico, apresentando proposições e desafios no que tange a preservação da cultura material, tendo como suporte a museologia. O reduzido diálogo entre a arqueologia e museologia acarretam problemas quanto a sua conservação, bem como da garantia de que as gerações futuras possam ter o direito de também usufruir das possibilidades de apropriação e interpretação que essa cultura possa oferecer. A abordagem da “pedagogia museológica” é vista pela autora como ferramenta de grande

potencial na colaboração das medidas preservacionistas do material arqueológico, sua capacidade de comunicação e integração no processo educacional.

Já Amanda Pinto da Fonseca Tojal trata, em seu artigo, da comunicação museológica ligada à educação formal e não formal, visando os programas de educação inclusiva voltados para os museus e instituições de cultura. Entretanto, a contribuição analítica da autora está em incitar a busca de procedimentos adequados que suscitem a percepção multisensorial do objeto cultural. Dialogando com teóricos que trabalham com o tema da educação inclusiva, ela apresenta ao leitor perspectivas de como aplicar estratégias para a composição de uma expografia, a partir de uma concepção contemporânea (modelo emergente), cuja importância é a interação do público com os objetos e espaços. Portanto, o ponto de partida na busca por esse modelo emergente consiste em encontrar formas que façam com que todos os tipos de públicos sejam atendidos e integrados as atividades museológicas. Além da inclusão do público especial, é importante, por meio desse modelo, possibilitar com que todos tenham a oportunidade de usufruir das diversas sensações que o espaço museológico pode proporcionar.

O segundo momento da obra compreende o terceiro, quarto e quinto artigo. Os elementos de conteúdo e análise em comuns nos referidos textos são a Arqueologia Pública e sua relação com a Educação Patrimonial, assim como alguns relatos focando a educação não formal como um exercício de cidadania.

O terceiro artigo, “Arqueologia Pública na América Latina” de autoria dos arqueólogos Pedro Paulo Funari e Marcia Bezerra, apresenta um panorama da formação e crescimento das pesquisas sobre Arqueologia Pública na América Latina. Para os autores, Arqueologia Pública é mais do que uma aproximação entre o que é produzido pela arqueologia e o público, mas como um campo reflexivo e ativo no que concerne a pensar o papel do discurso arqueológico e seu compromisso ético-político no desenvolvimento das pesquisas. (Bezerra, Funari 2013:92)

A intenção dos autores é sensibilizar e despertar reflexões na comunidade arqueológica no sentido de perceber que, mesmo existindo particularidades e diferenças socioculturais no contexto latino-americano, é necessário atentar também para as semelhanças, dificuldades e desafios compartilhados por todos. Por vezes, para nós brasileiros, a categoria América Latina parece estranha, distante, como se não houvesse “traços comuns” na nossa história, bem como na contemporaneidade. Procurando contextualizar a discussão sobre Arqueologia Pública na América Latina, é apresentada a perspectiva da Arqueologia Social (praticada por profissionais de alguns países latino-americanos) que tinha na sua essência em componentes teóricos semelhantes à Arqueologia Pública: alcançar públicos distintos, a exemplo das universidades, comunidades não científicas e escolas. Tal contextualização mostra como as reflexões desenvolvidas pela Arqueologia Social contribuíram para fomentar parâmetros de pesquisa e discussão

no âmbito da Arqueologia Pública em nosso país.

O quarto e quinto textos complementam a discussão iniciada acima, pois já articulam Arqueologia Pública a Educação Patrimonial. Mesmo já sendo pincelada no texto anterior, em que se explana o avanço das pesquisas arqueológicas no Brasil e também da legislação que prevê a preservação e conservação deste patrimônio, aqui ela toma uma dimensão mais interessante, pois apresenta uma análise das experiências bem sucedidas de trabalho em conjunto de arqueólogos e demais profissionais inseridos nos programas de Educação Patrimonial bem como, mostra que as pesquisas sobre Arqueologia Pública possibilitam o entendimento de outras maneiras de apropriação do patrimônio arqueológico por um indivíduo ou população.

Os artigos “A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville/SC: liquefações contemporâneas”, do historiador e educador de museu Gerson Machado, e “Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: a importância do registro oral para a preservação do patrimônio”, de autoria da historiadora e educadora Flávia Cristina Souza concluem este segundo momento do livro. O ponto de destaque nestes textos é a possibilidade que o leitor tem de conhecer estratégias de preservação de sítios arqueológicos, tendo a frente o MASJ e o relato de alguns entrevistados que, em parceria com esta instituição ou por iniciativa individual (caso do cidadão da cidade de Joinville, Belmiro Thiesen), puderam praticar ativida-

des de socialização e preservação do patrimônio arqueológico.

O terceiro momento abrange os artigos seis e sete, “Museu e patrimônio cultural: construindo um projeto de Educação Patrimonial em área rural” e “Impressões e Apreensões Polifônicas: a estação da memória sobre múltiplos olhares”, respectivamente escritos pelas especialistas culturais Judith Steinbach e Giane Souza. O sexto artigo traz um relato das experiências com o curso de formação para professores que atuam na área rural de Joinville, com o projeto Conhecendo para Ensinar. A ideia da autora foi refletir sobre o patrimônio cultural nas áreas rurais, além dos instrumentos metodológicos que podem ser utilizados no ensino formal, visando potencializar o reconhecimento das diversas referências culturais. A intenção em conhecer mais a fundo a área rural possibilita compreender os laços sociais e de memória ainda existentes em relação à cultura material, aos saberes e fazeres e manifestações culturais.

No artigo seguinte, são avaliadas as possibilidades para a execução de programas de Educação Patrimonial na Estação da Memória, localizada na cidade de Joinville. A autora leva em consideração para sua análise as narrativas e lembranças que estão associadas à antiga Estação Ferroviária de Joinville. Inaugurada em 1906, a estação mudou o cotidiano e a dinâmica da cidade. Hoje a Estação funciona como espaço cultural e museológico, permitindo um conhecimento mais profundo da história da cidade e das relações estabelecidas no momento em que manteve suas atividades.

A grande importância desses dois últimos textos citados consiste em mostrar as possibilidades de se conhecer e valorizar memórias e práticas das quais muitas vezes foram e são colocadas de lado, em decorrência, por exemplo, da institucionalização dos espaços de memória (museus), onde normalmente se contempla a história tradicional/oficial, sendo quase inexistente o diálogo e parceria com a sociedade, o que leva a desconsideração ou esquecimento de uma série de referências culturais. O pesquisador pode contribuir para que o indivíduo ou comunidade criem mecanismos de reconhecimento das suas próprias histórias e referências culturais, como as comunidades residentes das áreas rurais. O curso de formação para professores citado por Judith Steinbach é um exemplo de como profissionais ligados à área do patrimônio (arqueólogos, historiadores, educadores, museólogos) podem colaborar com os educadores da zona rural para que eles tenham autonomia e construam seus discursos, ferramentas e políticas de cidadania quanto à preservação e socialização do patrimônio cultural nas mais diversas dimensões.

Por fim, o oitavo texto de autoria dos arqueólogos Carlos Alberto Costa e Fabiana Comerlato, cujo título é “Programa de Educação Patrimonial do MAE/UFBA: experiências e reflexões sobre as práticas de socialização de dados arqueológicos associados às obras rodoviárias na Bahia”, expõe a necessidade de uma maior discussão entre a comunidade de arqueólogos quanto à responsabilidade na execução das ações de Educação Patrimonial ligadas

às Arqueologia de Contrato. O objetivo dos autores é apresentar o planejamento, a metodologia e os resultados das ações educativas realizadas nas obras rodoviárias da Bahia. Ao longo da coletânea, é recorrente a observação de que as pesquisas arqueológicas realizadas atualmente no país são feitas no âmbito do licenciamento ambiental. A portaria 230/2002 do MinC/IPHAN foi criada para contemplar as licenças ambientais em consonância com estudos preventivos de arqueologia, já que os empreendimentos públicos e particulares podem danificar o patrimônio arqueológico. Além disso, é previsto nessa portaria o desenvolvimento de programas de Educação Patrimonial.

O interessante desse artigo é fazer pensar de modo responsável a Educação Patrimonial nos trabalhos de Arqueologia de Contrato. É importante o compartilhamento dessa experiência, pois expande as perspectivas e ferramentas que podem ser utilizadas pelo pesquisador que trabalha diretamente no âmbito da Arqueologia de Contrato. Para que o programa de Educação Patrimonial não se transforme em uma simples atividade educativa, é fundamental que o profissional elabore propostas que se adequem não apenas aos prazos de cumprimento das atividades de campo, mas também as necessidades e principais características históricas, sociais e econômicas da população na qual está realizando seu trabalho.

A coletânea tem uma contribuição valiosa não apenas para aqueles interessados em conhecer e adentrar nas reflexões e discussões que permeiam a Educação Patrimonial e a Arqueologia

Pública, mas auxilia também pesquisadores e estudiosos da área a dividirem e ampliarem as abordagens quanto à aplicação das estratégias de socialização e preservação do patrimônio. Sem sombra de dúvidas, muitos são os desafios que permeiam o patrimônio. Entretanto, as experiências aqui apresentadas, as metodologias aplicadas e o cuidado com o planejamento dos projetos, sempre procurando levar em consideração a participação da população, mostram exemplos de que é possível alcançar patamares mais elevados no que diz respeito à valorização e socialização do nosso patrimônio, bem como de dar visibilidade às atividades de arqueologia muito comuns hoje no Brasil.



MEMÓRIA E IDENTIDADE, editado por Joël Candau. São Paulo: Contexto, 2012

Rosângela Marques de Brito

Professora do Instituto de Ciências da Arte e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará

Joël Candau é antropólogo, professor da Universidade de Nice Sophia Antipolis (França) e também diretor do Laboratório de Antropologia e Sociologia, Memória, Identidade e Cognição Social (LAMIC). Dentre outros livros, é autor de *Mémoire et Identité* (Memória e Identidade), publicada em 1998 e cuja versão em português foi publicada pela primeira vez em 2011 e reeditada em 2012. O autor refere-se a este livro como um ensaio de antropologia da memória e identidade, ou seja, o objeto de análise do livro gira em torno de “como passamos de formas individuais a formas coletivas da memória e identidade” (p.11).

O texto está estruturado em nove partes: introdução, preâmbulo, seis capítulos e conclusão. Não irei detalhar o texto pela sequência da narrativa, mas pontuarei as ideias principais expostas pelo autor. A leitura da obra deixa claro que os autores de base para as reflexões do antropólogo são os franceses Maurice Halbwachs – em relação aos quadros sociais da memória –, Pierre Nora, quanto aos lugares da memória –, Pierre Bourdieu – no que se refere ao conceito de *habitus* –, Gaston Bachelard –, em relação à análise do tempo a partir da perspectiva da dialética da duração.

Os estudos expostos no livro *Memória e Identidade* constituem uma parte

do seu livro intitulado *Antropologia da Memória*, publicado em 1996, e versam sobre uma perspectiva antropológica, sobre as inter-relações entre o individual e o coletivo no compartilhamento de práticas, representações, lembranças e crenças. Para o autor, a memória é a faculdade primeira que alimenta a identidade. Neste sentido, a memória é uma reconstrução continuamente atualizada do passado e a identidade é uma construção psíquica e social, acontecendo, de certa maneira, no quadro de uma relação dialógica com o Outro:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nos modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (p.16).

O autor decompõe o conceito de memória, a partir da perspectiva individual, em três níveis: *protomemória*, *memória da evocação* (ou a memória propriamente dita) e a *metamemória*. A *protomemória* é a nomeada memória de baixo nível, relacionada à memória social incorporada. É uma memória procedural: o que Bergson denominou de “memória-hábito” e o que Bourdieu chamou de *habitus*, uma experiência incorporada e uma presença do passado ou no passado. A *protomemória* “constitui os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem partilhadas pelos membros da sociedade” (p. 22).

A *memória propriamente dita* ou a *memória de alto nível* é essencialmente uma memória da recordação ou do reco-

nhecimento. Essa memória é produzida também pelo esquecimento, assim como pode se beneficiar de extensões artificiais que se originam do fenômeno geral de expansão da memória.

A *metamemória* é uma representação relativa a essa faculdade, já a *protomemória* e a memória em si, dependem diretamente da faculdade da memória. A *metamemória* é a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, dimensões que remetem ao modo de afiliação de um indivíduo a seu passado. Ela é, “portanto, uma memória reivindicada, ostensiva” (p. 23).

No âmbito de um grupo ou sociedade, os estatutos destes termos mudam ou tornam-se inválidos. Em relação aos grupos, lançamos mão da *memória propriamente dita* e da *metamemória*. A expressão *memória coletiva* é uma forma de *metamemória*; o coletivo é um enunciado relativo a uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças. A identidade (cultural ou coletiva) será sempre uma representação próxima de semelhança ou de similitude.

O autor apresenta vários termos como “mnemotropismo” contemporâneo, que é uma tendência de supervalorização da memória e do passado nas sociedades moderno-industriais. A “iconorreia” é a profusão de imagens na contemporaneidade. Outras expressões utilizadas pelo autor são as “retóricas holísticas”, sendo a retórica como técnica de persuasão, e o termo “holístico”, no sentido exposto por Louis Dumont, que valoriza a totalidade do social e que difere do “individualismo”, ideologia que valo-

riza o indivíduo concebido como ser moral e autônomo.

As “retóricas holísticas” são “expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos (...) como isomorfos” (p. 29). Essa expressão aplicada à memória e à identidade é analisada em relação aos graus de pertinência ou não de sua aplicação, em relação às representações factuais e às representações semânticas, chegando a dois tipos de memórias: a forte e a fraca.

A memória forte é massiva, coerente, compacta e profunda. Relacionada a um grande grupo, o autor reporta-se à memória organizadora. A memória fraca é difusa, sem contornos definidos, pois é dificilmente compartilhada. Após exemplificações etnográficas e argumentações, Candau afirma que não é mais pertinente descrever as relações entre memória e identidades à escala de grupos, mas sim adotar as retóricas holísticas, termos como “memória coletiva”, “identidade coletiva”, dentre outros. Caso sejam utilizados, deve ser uma aplicação muito localizada.

O trabalho da memória realiza-se em três direções diferenciadas: a) memória do passado, referente aos balanços, às avaliações das recordações, das fundações e dos lamentos; b) memória da ação, relacionada num presente evanescente; c) memória da espera, relativa aos projetos, às promessas, às esperanças e aos engajamentos em direção ao futuro. Neste sentido, a relação que o humano tem com o tempo é tridirecional, pois o ser humano constrói a sua identidade

no fluxo do tempo, que simultaneamente o altera.

Ademais, a “memorialização do mundo” pressupõe o seu ordenamento, em particular da domesticação ou estruturação do tempo, pois sem as balizes temporais, que são principalmente a origem e o acontecimento, nenhuma identificação é possível.

A memória interpretada no âmbito individual conduz à definição da “totalização existencial”, que é um ato de memória que investe de sentidos os traços mnésicos ou mnêmicos, que são as formas como os estímulos se organizam na memória. Nestes atos de memória, a narração está no princípio da totalização existencial, em que o tempo, segundo Paul Ricoeur (p.71), “torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa”. Neste sentido, para Candau “lembrança, tal como ela se dispõe na totalização existencial verbalizada, faz-nos ver que a memória é também uma arte da narração que envolve a identidade do sujeito e cuja motivação primeira é sempre a esperança de evitar nosso inevitável declínio” (p. 73). A lembrança difere do acontecimento passado, pois ela “é uma imagem (*imago mundi*), mas que age sobre o acontecimento (*anima mundi*), não integrando a duração e acrescentando o futuro do passado” (p. 67).

Há a diferença entre o “tempo da lembrança”, que não é o passado, mas o futuro já passado do passado, que difere do “tempo vivido”. Neste sentido, é difícil lembrar-se de “um acontecimento passado sem que o futuro desse passado seja integrado à lembrança”

(p. 66). Segundo Halbwachs (p. 94), o tempo só tem realidade “na medida em que possui um conteúdo, quer dizer, quando oferece uma matéria de acontecimentos ao pensamento”. Assim, o campo do memorável, que pressupõe escolha e hierarquização dos acontecimentos é “mobilizado no quadro de estratégias identitárias se constituirá a partir de um certo número de referências temporais, (...) em que o mais significativo é, de um lado, o momento qualificado como o de origem e, do outro, a experiência fenomenológica do acontecimento”(p. 95).

No campo do memorável, tal como produzido na sociedade francesa, está relacionado aos nomeados lugares de memória. Ao fazer um inventário dos lugares materiais e ideais nas quais a memória trabalha, o autor acrescenta os lugares de amnésia. Nesta questão, o patrimônio é central – envolve mais uma afiliação do que uma filiação, certa materialidade que é mais reivindicada do que herdada, menos comunitária e mais conflitiva. Então, neste sentido, a força da memória dependerá da coerência geral do campo memorável. A exteriorização da memória vai permitir a transmissão memorial. Educação, patrimônio, museus, arte, bibliotecas, memoriais, monumentos – dentre outros – são expansão da memória humana, ou seja, “são formas operacionais de transmissão visando menos transmitir uma memória que fazer entrar nas memórias a crença do corpo social em sua própria perpetuação, fê em raízes comuns e um destino compartilhado, ou seja, uma consciência identitária?” (p. 106).

O patrimônio é constitutivo da meta-memória. Ele contribui para a ilusão holista, ou seja, a representação do grupo de pertencimento como um todo homogêneo, integrado e dotado de uma essência (Candau 2009: 43-58). O autor propõe o estudo das atitudes antipatrimoniais de determinados grupos e tenta caracterizar as modalidades de patrimonialização (valor de uso e valor patrimonial, e de uma relação contemporânea com o passado, como nos informa Alois Riegl e Jean-Michel Leniaud, dentre outras modalidades), pois estas informam sobre as especificidades do jogo identitário.

Na análise da passagem da memória e da identidade das formas individuais às formas coletivas, o autor emprega o termo “jogo da memória e da identidade”, o qual está relacionado ao processo de transmissão e recebimento, assim como da fundação e da construção, também envolvendo o esgotamento e o colapso das grandes memórias organizadoras, que são o sinal de uma multiplicidade de referências identitárias, em benefício de memórias híbridas, relativas a uma pluralidade de mundos e uma pluralidade de tempos.

O autor, seguindo Paul Ricoeur, argumenta sobre a “cultura de uma justa memória” (p. 202). “A uma memória justa deveria corresponder uma identidade de igual qualidade” (p. 203). De fato, para o autor, a “memória justa consiste em encontrar um equilíbrio entre a memória do passado, a memória da ação e a memória da espera” (p. 212), que possa manter o equilíbrio entre um dever de memória e a necessidade do esquecimento, em que o es-

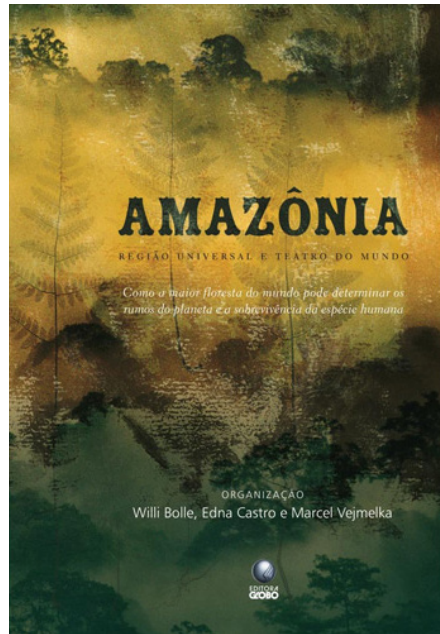
quecimento é ambivalente e necessário à vida.

A antropologia da memória analisa as formas como a memória se manifesta, de maneira variável e de acordo com os indivíduos, grupos e sociedades. É papel do antropólogo “fazer o inventário das novas formas com as quais se revestem as memórias mutáveis, móveis, eletivas, não tão grandes e menos fortes que as de antigamente, mas sempre vivas, tanto no presente como no passado, em nossa sociedade como em outras” (p. 194).

Enfim, a leitura deste livro possibilita ao leitor adentrar nas reflexões, etnografias e no campo conceitual-metodológico dos jogos da memória e da identidade, assim como a necessária associação deste pensamento à categoria de tempo, pois as categorias de identidades são inseparáveis dos sentimentos de continuidade temporal.

Referência

Candau, J. 2009. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. *Revista Memória em Rede* 1(1):43-58. Disponível em <http://lasmic.unice.fr/PDF/candau-article-10.pdf>. Acesso em: 18 out. 2013.



AMAZÔNIA: REGIÃO UNIVERSAL E TEATRO DO MUNDO, organizado por Willi Bolle & Edna Castro. São Paulo: Globo, 2010.

Tissiano da Silveira

Doutorando em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Bolsista do CNPq

Como pensar na Amazônia sem a imagem mítica construída em séculos de contato de forasteiros com a floresta e seus habitantes? A proposta de Edna Castro, Willi Bolle & Marcel Vejmelka, organizadores do livro multidisciplinar *Amazônia: região universal e teatro do mundo*, é justamente entender esta construção discursiva e assim perceber uma região que vai além do discurso, ou melhor, que tem seu próprio discurso. Este palco proposto não à toa,

a Amazônia desde Orellana desperta interesse global, justifica a escolha dos conceitos utilizados na publicação: região universal e teatro do mundo, aqui aplicados à Amazônia, foram tomados de empréstimo de Goethe (a ideia de literatura universal) e a Calderón (a metáfora do Grande Teatro do Mundo).

O livro editado em duas versões, alemã e brasileira, é fruto de um seminário promovido no âmbito do congresso internacional “Knowledge, Creativity and Transformation of Societies” (KCTOS), que ocorreu em Viena no ano de 2007, com artigos de diversas áreas: história, geografia, antropologia e etnologia, sociologia e economia, literatura, comunicação e cultura. Segundo seus autores, pensado como uma introdução multidisciplinar às principais questões ligadas à Amazônia. As três partes do livro podem também, acredito eu, ser divididas em diferentes olhares: um olhar ante o exótico - o três ensaios iniciais discutem a visão do estrangeiro sobre a Amazônia e seus moradores através de recortes sobre algumas figuras bastante representativas dos séculos XVI e XIX e da primeira metade do século XX, são eles: Orellana e Carvajal, Paul Ehrenreich, o padre Tastevin e Curt Nimuendaju; um olhar para o passado - os cinco ensaios que seguem tratam das dinâmicas sociais, econômicas e políticas da Amazônia contemporânea, mais precisamente do Estado Brasileiro sobre o desenvolvimento na região; um (re)olhar a Amazônia através da literatura e dos media, uma mediação da culturas através da arte e da tecno-

logia - quatro ensaios que procuram dar voz e visibilidade aos habitantes da Amazônia.

Os organizadores de diferentes lugares de trabalho - Amazônia, São Paulo e Alemanha – se encontram em um espaço, o livro em questão, que entende os problemas da Amazônia como de relevância universal e objeto de estudo de diversas áreas de conhecimento. Edna Castro é Doutora em Ciências Sociais, professora da Universidade Federal do Pará, foi coordenadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e atua principalmente nos seguintes temas: trabalho, Amazônia, meio ambiente e políticas públicas. Willi Bolle, professor titular de Literatura na Universidade de São Paulo, fez o doutorado em Literatura Brasileira (na Universidade de Bochum/Alemanha) com uma tese sobre a técnica narrativa de Guimarães Rosa, suas pesquisas tratam da modernidade no Brasil e na Alemanha, na intersecção da Literatura com a História. Marcel Vejmelka tem doutorado em literatura com foco na América Latina, tradução e interpretação (Português e Espanhol), ele trabalha como assistente no Instituto de Línguas e Literaturas Românicas na Universidade de Potsdam e é professor convidado no Instituto Latino-Americano (LAI) da Universidade Livre de Berlim.

Apesar dos vários séculos que separam a viagem de Orellana dos encontros com indígenas dos outros europeus apresentados no primeiro capítulo, há uma intenção em mostrar a construção do imaginário sobre a Amazônia desde a mítica floresta guardada pelas mulhe-

res guerreiras aos “estranhos” hábitos indígenas descritos pelos etnógrafos. A questão é que a floresta amazônica ainda é vista como um espaço mítico pelo europeu e seus habitantes ora inferiorizados, ora idealizados, os quais são geralmente associados a indígenas e outras populações tradicionais, não levando em consideração que as comunidades estão cada vez mais urbanizadas e que buscam o desenvolvimento de suas regiões, a pergunta talvez devesse ser: qual o preço do desenvolvimento na Amazônia, ambiental e social?

Orellana fez parte da empresa colonizadora das Américas, em busca de riquezas, que com o uso da força poderia se apossar das terras e subjugar seus moradores. Derrotar as terríveis Amazonas tem um caráter simbólico de dominação do mundo natural – os índios fazem parte da natureza tal qual planta e animais – e das barreiras à colonização. Porém, Carvajal, que acompanhou Orellana, relata uma informação notável no que diz respeito ao povoamento, ele fala de diversas aldeias às margens do Amazonas que eram densamente povoadas, em contraste com relatos posteriores. Ele descreveu aldeias com 5 léguas (12,5 km) de extensão sem separação entre as casas, ele se maravilhou com uma cidade com torres altas, imensas colunas e esculturas de felinos.

Paul Ehrenreich é apresentado como um representante, em certa medida, do pensamento de superioridade europeu que sempre balizou as escolhas dos forasteiros, os indígenas das páginas de seu “diário” são feios, doentes e inclinados a vícios, principalmente a cachaça, o que apesar de ser criticado

pelo etnógrafo e usado como expediente para “soltar a língua” de suas fontes. Mas apesar desta postura, ele não deixou de reconhecer que essas populações tinham criado uma cultura e organização social, além de mostrar que o europeu perturbara suas vidas, esta mudança de pensamento o coloca no momento da virada etnográfica em relação à região.

Já no século XX, Tastevin e Nimuendaju viveram entre indígenas, pesquisando suas línguas e cultura, como a etnógrafa Priscila Faulhaber diz, eles trabalhavam sob o signo de uma “urgência etnográfica”, percebendo que as populações estavam fadadas a desaparecer, para muitos indígenas, Tastevin e Niemundaju eram “pais protetores” e tinham mesmo uma ação tutelar e paternalista.

O distanciamento dos mitos e fábulas, dando lugar aos fatos científicos, acentuou-se no séc. XIX, no relato de Spix e Martius sobre a sua viagem pela Amazônia (1819 e 1820), o mito do Eldorado foi considerado superado e, quanto às Amazonas, Martius é categórico: “Não acredito na existência delas no passado, quer no presente”. Na historiografia mais recente sobre a região, segundo Willi Bolle, as visões mitológicas estão sendo lembradas, porque a colonização que tem marcado a Amazônia nas últimas décadas, pode ser melhor compreendida por estas chaves, a política do Estado reatualiza estes elementos nos seus discursos sobre a região.

O filme citado no livro: *Aguirre, a cólera de Deus*, de Werner Herzog, retoma o

mito do Eldorado, apesar de não citar as Amazonas, resolve incorporar o padre Carvajal no roteiro como liberdade ficcional, demonstrando importância do cronista. O Eldorado é reinventado, o mito de riquezas escondidas na floresta amazônica que atraía europeus é retomado como matriz ideológica que justifica a dominação da natureza e a transformação dela em produtos. Edna Castro mostra que esse imaginário mítico é representado por projetos megalomaniacos, como a fábrica da Jari Celulose, de Ludwig.

A Amazônia em certos discursos é uma fronteira a se explorar no contínuo processo civilizatório, isso justifica a ideia do “vazio demográfico” a preencher e a marcha para o oeste, programa de Getúlio Vargas (1937) que estava relacionado à expansão da fronteira agrícola com um forte discurso nacionalista de integração. Juscelino retoma este discurso com a criação da Belém-Brasília (2 mil km) e os militares continuariam com esta perspectiva de ligação da região por grandes eixos rodoviários: Transamazônica, Cuiabá-Santarem e Manaus-Porto Velho. Hoje, a estratégia-chave do planejamento estatal para a região é aumentar sua vinculação aos mercados e promover novas fronteiras de recursos em proveito na iniciativa privada.

A pesquisa coordenada por Ulrike Tiemann-Arsenic mostra o interesse que a Amazônia desperta em jovens estrangeiros. Alguns estudantes de geografia (Universidade de Tübingen) da Alemanha entrevistaram ribeirinhos e assentados em duas localidades próximas de Manaus, cerca de 50 famílias

responderam sobre suas condições de vida e perspectivas de futuro. As duas comunidades se diferenciam geográfica e historicamente, uma delas está às margens do rio Negro, é basicamente extrativista, enquanto o assentamento Presidente Figueredo, mais isolado, justamente pela falta do rio como meio, dependente da estrada, tem sua economia voltada para a pequena produção dos colonos. As diferenças vão se tornando maiores quando se pergunta sobre a relação com o espaço, sobre a percepção da devastação e sobre o sentimento de pertencimento.

A questão da territorialidade é importante nas discussões sobre preservação e uso sustentável das florestas. Alfredo Wagner, da UFAM, discorre acerca do processo inverso, o de desterritorialização como uma “agroestratégia” para incorporar terras aos grandes empreendimentos econômicos, o trabalho do antropólogo é focado nas chamadas populações tradicionais: povos indígenas, quilombolas, seringueiros, quebra-deiras de coco, ribeirinhos e outros. A preocupação dele se justifica por ter se intensificado medidas que objetivam remover obstáculos jurídicos e políticos a incorporação de novas extensões de terra no mercado, ele lista alguns perigos que podem levar ao aumento de terras ofertadas no mercado:

- A redefinição da Amazônia Legal: dois projetos de lei que tramitam no congresso pretendem retirar da Amazônia legal os estados do Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão.
- A redução da reserva legal dos imóveis rurais: projeto de lei que defen-

de a diminuição de 80% para 50% a área de reserva legal na Amazônia. PL 6.424/2005 de autoria do senador Flexa Ribeiro (PA).

- A liberação de crédito para quem pratica crimes ambientais: cita o economista Mailson da Nóbrega, que em artigo no Estado de S. Paulo, em 2008, critica a postura de negar crédito.

- A redução da faixa de fronteira internacional: em 2006, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou PEC (49/2006), reduzindo para 50 km a faixa de fronteira. Em 2007, a comissão de constituição e justiça do senado aprovou a diminuição dos 150 km para os 50 km previstos na PEC, nos estados do RS e MS, se ela for estendida para o MT, abriria um caminho para que fosse estendida a toda Amazônia.

- A privatização de terras públicas sem licitação na Amazônia: foi aprovado no Senado em 2008, a MP que amplia de 500 para 1500 hectares o tamanho de áreas públicas invadidas na Amazônia que podem ser privatizadas sem licitação.

Os discursos sobre a Amazônia dos anos 1950 até a atualidade são tratadas por Neusa Pressler, mostrando como o discurso midiático está historicamente relacionado à temática ambiental: exótica, terra incógnita, eldorado, paraíso, natureza intocada. No campo político, o governo produz um discurso a partir de seus planos e metas. Durante a construção da Belém-Brasília, o engenheiro Bernardo Saião era descrito como o “último bandeirante, derrubando árvores, rasgando a selva, construindo

idades e trazendo o progresso e desenvolvimento”.

Durante o governo Médici (1969-1974) com o objetivo de atrair trabalhadores rurais para a Amazônia, utilizava-se a ideia de uma “terra sem homens, para homens sem terra”, a região seria uma solução para os conflitos de terra no Nordeste e Centro-Oeste, aliado ao discurso nacionalista: “integrar para não entregar”. Nos anos 1990, o discurso da mídia se torna denunciante com um tom ecológico: “tesouro verde”, tornam-se comuns as palavras-chaves: desmatamento, proteção e preservação da região. A partir de 1995, emerge a necessidade das práticas preservacionistas com base no discurso do desenvolvimento sustentável: o econegócio. Este utiliza o empreendedorismo e geração de renda como mecanismos de luta contra a pobreza.

Já na década de 1990, a Amazônia deixa as temáticas da fronteira e de segurança nacional, tornando um dos vetores da cooperação técnico-científica no cenário da globalização ecológica, entre os fatores que contribuíram para esta imagem estão a Eco-92 e o PPG7 (Programa de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil). Neusa Pressler enumera alguns programas e fundos de cooperação internacional mais conhecidos: o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), Experimento de Grande Escala Biosfera-Atmosfera (LB) e o PPG7, além de organismos de ativismo transnacional: Greenpeace, World Wildlife Fund (WWF), Conservation International e Friends of the Earth (FOE).

Quanto às alternativas econômicas, Eckahard E. Kupfer relata as atividades na região do Amazonas, da produção de cacau, da borracha e depois da implantação da Zona Franca, centralizado nos processos econômicos e políticos da cidade de Manaus. Segundo Kupfer, o interesse da metrópole Portugal na Amazônia inicia a partir do extrativismo de Cacau, metade do século XVIII, mas a produção era pouco competitiva, principalmente por causa do cacau venezuelano e da produção do Maranhão. Houve um período de alta no preço do cacau que animou produtores após a guerra entre a Inglaterra e Espanha (1779-1783) – conflito que afetou sobremaneira a exportação da América do Sul para Europa – e também com a agitação que ocorria na Venezuela pré-independência. Mas, após a queda muito significativa do preço do cacau no início do séc. XIX e após a demissão do governador Lobo D’Almada, a Comarca do Amazonas entrou em recessão até 1840.

A borracha teve dois momentos de alto valor e produção, primeiro ligado ao processo de vulcanização da Goodyear e depois no “esforço de guerra” (1942-1945). A criação da Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, não obteve grande êxito, subsidiando a agricultura. E a substituição da SPVEA pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), no governo Castelo Branco, 1966, não mudou a realidade produtiva da região. Ele diz que somente com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em 1967

– desde 1957 a cidade já era “porto livre” –, houve de fato um aquecimento econômico na cidade, os produtos feitos na Zona Franca podem ser escoados através de barcos até Belém e seguem pela rodovia Belém-Brasília, atendendo todo o mercado brasileiro.

Nos anos 1970 e 1980, a Zona Franca aproveitou a proibição de importação de diversos produtos de luxo no Brasil, para abrir casas importadoras e se valer de brechas legais. Manaus tornou-se uma das principais cidades industriais do Brasil, com 467 fábricas, que atingem um volume de venda de 25,7 bilhões de dólares, empregando 101 mil. Entretanto, viu sua população crescer a 1,6 milhão de habitantes.

A terceira parte do livro tira o trem da linha, em uma tentativa de tratar da Amazônia através da literatura e da ópera, o que se percebe é que algumas vezes a “visão do estrangeiro” – criticada várias vezes nos outros artigos – se mostra ainda ligada a um imaginário do fantástico e, outras vezes, há uma necessidade de validar as questões locais pelo filtro europeu, visto claramente quando o professor de literatura Gunter Karl Pressler aponta, em várias partes da obra do escritor paraense Dalcídio Jurandir, elementos que estariam na literatura do mundo, como em Balzac, Dickens e Zola. Assim como as poucas referências amazônicas na obra do escritor austríaco Robert Musil, produzidas com muito esforço no artigo de Stefan Kutzenberger, mostrando que é grande o interesse e empenho de intelectuais europeus em se aproximar da região apesar da distância.

O livro da escritora nipo-estado-unidense Karen Tei Yamashita é analisado pelo artigo de Vejmelka como meio de entender a Amazônia enquanto construção discursiva, é uma ficção científica que faz uma superexposição da mítica histórico-ambiental. Se ela não consegue fugir do tom messiânico, falando de um futuro catastrófico por causa do consumismo, seu texto refaz os processos de exploração que a região enfrentou e continua enfrentando nas últimas décadas, como garimpos e extração de madeira ilegal.

E por último, Joachim Bernauer, diretor do Goethe-Institut de Portugal, descreve de maneira quase visual os caminhos do projeto da ópera multimídia em parceria com indígenas: das falas de antropólogos sobre a participação dos Yanomami: Eduardo Viveiros de Castro disse ser impossível o projeto e parece ter sido descartado do processo, assim, outros antropólogos entram em cena – aos encontros com xamãs nas aldeias. É interessante que tenham escolhido a referência a uma ópera multimídia para encerrar o livro, talvez tentando olhar para um futuro tecnológico da Amazônia.

No fim, o livro parece alcançar ao que se propôs, os diferentes olhares sobre a Amazônia dão uma perspectiva interessante para pensarmos os discursos produzidos para ocupar a região. E se pensarmos que este livro chegará a alguns estudantes alemães e brasileiros, podemos imaginar que a região continuará atraindo pesquisadores e novas representações serão produzidas para os olhos dos europeus e para nós mesmos, porém com outra intenção: a

de mostrar uma região complexa e de grande valor ambiental e social.